

Mauricio Herrera-Jaramillo |

## A questão rural na América Latina.

### Subdesenvolvimento ou dependência cultural? Reflexões a partir da obra de Celso Furtado

#### RESUMO

Este artigo pretende mostrar como a busca pelo sonhado desenvolvimento caiu num círculo vicioso que nos impede de compreender que, além da suposta condição de subdesenvolvidos, o fator que determina a nossa própria crise é a histórica dependência cultural resultante dos diferentes processos de invasão a que fomos submetidos. Para elucidar essa questão e tentar encontrar respostas, tomaremos por base o conhecimento 'marginal' gerado pela escola do Estruturalismo Latino-americano, particularmente as contribuições de Celso Furtado sobre a relação entre cultura e desenvolvimento; bem como os estudos rurais na América Latina que abordam a relação de modelos de desenvolvimento e de desenvolvimento rural.

#### Palavras-chave

Desenvolvimento, subdesenvolvimento, dependência cultural, estruturalismo latino-americano.

#### ABSTRACT

*This article aims to show how the search for much desired development has fallen into a vicious circle, whereby we are prevented from understanding that, in addition to the supposed condition of the under-developed, the factor that most determines the crisis we find ourselves in, is the result of a historical cultural dependence on different invasive processes to which we have been submitted. To try to clarify this discussion, and to find the right answers, we have based ourselves on the knowledge (marginalized) generated by the Latin American Structuralist school, and especially on the contributions made by Celso Furtado regarding the relationship between culture and development; as well as Latin American rural studies that are focused on the relationship between development models, and rural development models.*

#### Keywords

*Development, Under-development, Cultural dependence, Latin American Structuralism.*

## 1. Introdução

Um dos debates fundamentais nos estudos rurais atualmente é o das “novas configurações da ruralidade nas sociedades contemporâneas”. Segundo Carneiro, esse debate se fundamenta nos questionamentos do “mito fundador da sociologia rural que institui a oposição campo-cidade como realidades espaciais e sociais descontínuas, mas numa relação de subordinação da primeira com a segunda” (CARNEIRO, 2008, p.79)

Com base em Martins, Carneiro (2008, p.80) afirma que

Na formulação desse mito destaca-se a suposição de que as diferenças entre o rural e o urbano tenderiam a desaparecer em consequência do processo de urbanização tido como natural e inevitável. Nesses termos, *o desenvolvimento do campo* se daria nos moldes da cidade como resultado da expansão e generalização do urbano.<sup>1</sup>

O período correspondente ao segundo pós-guerra e, particularmente, o discurso de Harry Truman, de 20 de janeiro de 1949, marcam para muitos autores o início da era do desenvolvimento (Sachs [1996]; Ritz [2002]). Segundo esse ponto de vista, como aponta Gómez (2001, p.6), o próprio conceito de desenvolvimento associava a noção de progresso a uma sucessão de mudanças que iam do “rural” ao “urbano”, da agricultura à indústria, do tradicional ao moderno, do atrasado ao próspero. De tal forma que, sob esse prisma, o processo de transformação estrutural significou tanto o crescimento de setores industriais como a urbanização da vida moderna e, concomitantemente, a desvalorização da questão rural que passou a ocupar um lugar residual no desenvolvimento.

Considerando esses elementos, Luis Llambí (1990, p.47) defende em suas formulações teóricas que cada período histórico do processo de acumulação de capital gerou seu próprio campesinato. [Portanto] esses agentes sociais são produtos históricos específicos com múltiplas origens e trajetórias variáveis. Embora pareça verdadeira essa premissa de que cada modelo de desenvolvimento econômico possui um modelo social e cultural correspondente, a literatura que questiona esse tipo de modelos gerados ou reconfigurados é escassa.

Segundo essa perspectiva, uma revisão dos estudos acadêmicos que tencionam analisar as transformações do rural (sociedades rurais) à luz da análise dos modelos de desenvolvimento, revela um viés economicista que responde e aprofunda o debate sobre o desenvolvimento como simples crescimento econômico,

1. O grifo é nosso.

deixando de lado variáveis como a cultura, por exemplo. É possível perceber essa particularidade em publicações como as de Llambí (1990), Pérez (2001 e 2002) ou Kay (2005), o que não significa que esses estudos não sejam notáveis, relevantes e referenciais importantes do processo em questão.

Nesse sentido, vale a pena aludir à abordagem de Sergio Gómez (2008, p.49-50), segundo a qual

[...] Examinando-se os principais assuntos tratados pelos autores clássicos da sociologia [no que tange à questão rural], não se percebe uma preocupação específica com o tema, mas uma tendência a observar as consequências da industrialização e da urbanização na sociedade incluindo todos os fenômenos associados a essa nova situação, mais do que preocupar-se com os efeitos desses fenômenos sobre a realidade anterior: o campo.

Parece, então, que, tomados pela pressa e agitação ensejadas pelo desenvolvimento (econômico), acadêmicos e pesquisadores do tema rural estão contribuindo mais para a legitimação do desenvolvimento e especificamente do desenvolvimento econômico como única perspectiva válida para encontrar respostas para os evidentes problemas das sociedades rurais da América Latina do que para a compreensão das dinâmicas sociais, culturais e políticas da questão rural.

Levando isso em conta, utilizaremos dois insumos teóricos relacionados ao período histórico estudado para evidenciar num primeiro momento como os estudiosos do tema rural, em busca de propostas de desenvolvimento alternativo, terminam presos à lógica desenvolvimentista hegemônica para então ajudarem a reproduzi-la e, num segundo momento, como esse mesmo espírito desenvolvimentista hegemônico marginaliza e torna invisíveis aquelas propostas de geração de conhecimento próprio na América Latina que, em algumas ocasiões, de forma mais acertada do que em outras, tentam explicar os problemas estruturais dessas latitudes.

Esses insumos são: de um lado, parte da obra de Celso Furtado associada às suas perspectivas ante o processo histórico de industrialização da América Latina, e, de outro, estudos sobre a relação modelos de desenvolvimento-desenvolvimento rural na América Latina, com destaque para o modelo de Industrialização por Substituição de Importações (ISI).

Por fim, este artigo tenciona também: 1) evidenciar como a dependência cultural à qual estamos presos há vários séculos condiciona de forma determinante nossa própria crise civilizatória e também nossa contribuição para a crise civilizatória global; e 2) reivindicar o pensamento latino-americano a fim de começar a reverter nossa própria crise de conhecimento.

## 2. O modelo de Industrialização por Substituição de Importações (ISI) como exemplo para a análise

### 2.1. Uma leitura com base nos estudos rurais

Limitando-nos à bibliografia que analisa a relação entre os modelos de desenvolvimento e o tema rural e, particularmente, aos estudos que tratam do modelo ISI, são muitas as certezas apresentadas diante dos objetivos e resultados catastróficos de sua adoção.

Como objetivos, esperava-se que através da adoção desse modelo tivesse início um processo de modernização baseado no desenvolvimento dos setores industriais que permitisse, em um futuro não muito distante, superar os problemas identificados pela teoria centro-periferia de Prebisch (Cepal) associados basicamente à deterioração dos termos de intercâmbio, à heterogeneidade das estruturas produtivas e ao desenvolvimento desigual (Rodríguez, 2001).

Como resultados, podemos destacar, por exemplo, o indicado por Pérez e Farah (2002, p.17-18):

- O esperado *desenvolvimento industrial* que promoveria a grande transformação do país não ocorreu.
- O *desenvolvimento agrícola* teve lugar com o surgimento e expansão de cultivos como cereais, algodão e oleaginosas, mas na produção agrícola de alimentos foi mantido o caráter tradicional das tecnologias de produção. Parte dos produtores de alimentos não teve acesso às novas tecnologias.
- Esse modelo de agricultura provocou uma *deterioração generalizada dos recursos naturais e efeitos ambientais negativos* nas atividades produtivas agrícolas, principalmente devido à alta demanda de maquinário e agroquímicos, contribuindo de maneira especial para a deterioração dos recursos naturais.
- A aplicação do modelo não conseguiu acabar com a *concentração de renda* [...] nem modificar a estrutura da *posse da terra*, apesar da aplicação das políticas de reforma agrária.
- O *investimento público* em educação, saúde e infraestrutura física e estradas foi discriminatório com o meio e a população rural, contribuindo para manter ou agravar as condições de pobreza.
- O *setor pecuário* não foi considerado estratégico nesse modelo de desenvolvimento.
- A *crise* desse modelo na agricultura começou a ser sentida, de fato, na primeira metade da década de 80, acarretando a diminuição do emprego agrícola, do valor dos salários rurais e da renda dos pequenos produtores.
- A conquista das vantagens do desenvolvimento equitativo, proposto pelo modelo, não chegou aos habitantes rurais, houve aumento da pobreza e da concentração da riqueza. *As associações e os grandes proprietários de terras*

mantiveram a concentração do poder político e social e se fortaleceram a fim tirar proveito das relações com o Estado. Contrariamente, os *movimentos rurais* e as diferentes formas de organização existentes [...] se enfraqueceram e quase foram extintos no final da década de 1980, e os pequenos proprietários, os diaristas e os sem-terra ficaram sem nenhuma representação perante o Estado e os grupos de poder.

Nesse sentido, indaga-se: diante de resultados tão “catastróficos” que demonstram o aumento das desigualdades sociais entre o meio urbano e o rural e no interior deste último, quais são as causas desse fracasso?

Quanto às explicações para esse fenômeno, são igualmente muitos os autores que buscaram respostas. No entanto, em geral, são três os motivos apresentados para as desigualdades e problemas sociais na sociedade rural, tidos como fatores impeditivos do desenvolvimento da agricultura latino-americana.<sup>2</sup>

- A rigidez do crescimento da produção e o atraso tecnológico da agricultura.
- O caráter tradicional ou pré-capitalista das estruturas agrárias como causa principal dessa rigidez.
- Os problemas derivados da lenta expansão da demanda interna e externa de produtos agrícolas.

Considerando esses elementos, Gómez e Pérez (1979, p.65-66) fazem uma análise detalhada de cada um deles e chegam às seguintes conclusões:

Em síntese, a intenção aqui é destacar três aspectos centrais relacionados ao problema em questão: (i) não há indicadores de que a manutenção das características tradicionais tenha obstaculizado a expansão tecnológica e produtiva do setor agrícola, (ii) a estrutura agrária, mesmo nos países que não adotaram medidas de reforma agrária, não permaneceu estática, mas, em geral, apresentou significativas transformações, e (iii) foi precisamente nos países onde essas transformações ocorreram com maior intensidade e fora do contexto de um processo de reforma, que os problemas socioeconômicos mencionados no item anterior parecem ter se agravado. Tampouco se poderia considerar o crescimento da demanda, ao menos em seu componente interno, como obstáculo à expansão setorial. Com efeito, em termos normativos, a demanda interna de produtos agrícolas poderia ter alcançado níveis e ritmos de crescimento bastante superiores, uma vez que há necessidades evidentemente não satisfeitas, bem como receitas que a sociedade poderia ter utilizado para atendê-las, desviando-a, por exemplo, do consumo de luxo. [...] No que se refere à demanda externa [...] o menor crescimento relativo das exportações agrícolas e a redução contínua da participação latino-americana no comércio mundial, que caracterizou o comportamento do setor externo agrícola [...], refletem de fato limitações do mercado potencial. A julgar pelas evidências disponíveis, isso se deveria em maior medida às políticas protecionistas adotadas pelos países importadores, às manipulações de preços e mercados realizadas por empresas transnacionais e a outros fatores econômicos e institucionais relativos à estrutura da economia mundial, do que à insuficiência da produção regional.

2. Uma das respostas é a dada por Gómez e Pérez (1979), apresentada a seguir.

Com base nessa análise, os autores, Gómez e Pérez (1979, p.65-66), concluem que mesmo quando são capazes de traduzir fenômenos ou situações reais, as teses examinadas não nos permitem compreender os problemas do desenvolvimento agrícola na região. Isso aponta para a necessidade de reorientar o esforço de análise *na direção da identificação dos elementos e processos fundamentais* que, além da aparência dos fenômenos (industrialização, por exemplo), determinam sua natureza e suas condições recíprocas e condicionam a evolução da agricultura como um todo.

Nesse sentido, recordando a citação de Sergio Gómez sobre o objeto de estudo da sociologia rural mencionada anteriormente, é possível observar uma des-temporalização da análise da questão rural, pois enquanto se preocuparam em estudar e integrar conceitualmente os problemas ocorridos (pobreza, emprego rural não agrícola, multifuncionalidade etc.) para entender a questão rural atual, as análises e propostas de desenvolvimento rural deixaram de lado os efeitos desses modelos sobre o homem do campo, especialmente os efeitos das mudanças em sua cultura, em sua forma de ver e entender o mundo. Ou seja, enquanto os conceitos e propostas teóricas seguiram adiante em passo acelerado, o homem do campo, o agricultor, ficou parado e por isso essas propostas não conseguem explicá-lo como categoria ou classe social.

É segundo essa perspectiva que, ao se questionar a influência desse processo sobre a carga de ideais, valores e inclusive sobre a identidade e cultura do campo, encontra-se pouco material, afora referências superficiais (p. ex., Pérez, 2002). Assim sendo, com base nas leituras tradicionais relacionadas à industrialização, parece que o efeito cultural foi secundário, pois não contribuiu para o desenvolvimento rural, o que se constata no aumento da pobreza no campo, no desemprego, na desnutrição etc.

Mas reconhecendo o acima exposto como verdade “comprovada”, pretende-se revisar a seguir as contribuições de Celso Furtado, em termos da relação cultura-desenvolvimento, desde o início dos anos 1960, com base na escola do estruturalismo latino-americano, utilizando-as como insumo básico para fomentar ou reforçar o estudo da questão cultural no desenvolvimento rural.

## **2.2. Uma leitura baseada no Estruturalismo Latino-americano de Celso Furtado**

Embora o processo de industrialização da América Latina seja anterior à época da adoção do modelo ISI, é sob esse modelo que a ideia de um processo de industrialização em etapas com o intuito de fortalecer o mercado interno e gerar uma progressiva redução das importações adquire maior destaque.

O primeiro ponto a ser esclarecido é que, embora o referencial teórico apresentado pela literatura como fundamento do modelo ISI seja a escola da Cepal e, de forma geral, a escola do estruturalismo latino-americano, é importante lembrar, nas palavras de Carlos Mallorquín (1998, p.32), que aquilo que se

denominou “estruturalismo” e/ou pensamento “cepalino” nunca foi adequadamente instrumentalizado, e menos ainda durante um período suficientemente amplo sob uma política de governo específica que pudesse render os frutos prometidos por seus postulados teóricos [...]. Retoricamente, talvez os políticos tenham utilizado parte do vocabulário “estruturalista”, mas há indícios que nos permitem afirmar que os diagnósticos e propostas do estruturalismo nunca foram levados a cabo até as últimas consequências.

Com base nesse alerta, recorreremos à vasta obra de Celso Furtado (de final dos anos 1940 ao início da primeira década deste século), um dos mais importantes referenciais dessa escola, para indagar qual foi a leitura que tais autores fizeram desse modelo, ou, se não especificamente do modelo, ao menos dos acontecimentos histórico-econômicos, sociais e culturais naquela época.

### 2.2.1. Revolução industrial, dependência cultural e subdesenvolvimento na obra de Celso Furtado

#### 2.2.1.1. A criação do modelo: revolução burguesa e civilização industrial

##### 2.2.1.1.1. Revolução burguesa

O processo de revolução burguesa poderia ser definido basicamente como o alicerce da civilização fruto da revolução industrial. Além das diferentes leituras que esse processo admite, há alguns elementos básicos que a descrevem.

Quanto à sua dinâmica, à luz de Furtado (1979, p.37), “não é outra coisa senão a forma particular que assumiu a evolução social europeia”, podendo ser interpretada como um processo compreendido por duas fases. A primeira, que poderíamos chamar de *apropriação do excedente*, resultante da ampliação do raio de ação das atividades econômicas dos europeus, e a segunda, marcada pela subordinação das atividades diretamente produtivas aos critérios mercantis.

Essa sequência foi marcada de forma importante pelo surgimento de uma nova classe social, fruto do processo de cooperação entre os reis e os grupos dominantes tradicionais com os comerciantes, a qual, aproveitando seu *status* financeiro, passou a ter acesso aos centros de tomada de decisões, utilizando-os para obter, ou em algumas ocasiões impor, mudanças institucionais que permitissem ampliar seu campo de ação.

Nesse ponto, e acredito que aqui tenha se estabelecido seu protagonismo, os critérios básicos que regem a atividade mercantil (livre iniciativa, livre contratação e livre circulação) são estendidos a novos setores sociais gerando, por exemplo, a destruição progressiva das corporações de ofício<sup>3</sup> e a desarticulação do rígido controle exercido sobre a população rural pela oligarquia territorial, submetendo a sociedade via (re)estruturação social a uma nova ordem hierárquica de poder.

3. Esse tipo de organização da produção não foi uma criação ou imposição dos governos das cidades, mas um regime próprio de cidades governadas por comerciantes. Surgiram espontaneamente e foram regulamentadas posteriormente. Na verdade, esse regime era um acordo entre os artesãos e a classe comerciante dominante. Seu objetivo era reduzir as margens de lucro a um mínimo. Esse sistema garantia à classe dirigente dois objetivos: 1) evitar fraudes, adulterações ou qualquer tipo de prática desleal de comércio, e 2) coibir a especulação e as grandes margens de lucro. (FURTADO, 1974)

Dessa maneira, o setor produtivo se subordina à lógica do mercado e, portanto, os recursos produtivos primários como a força de trabalho e a terra passam a ter agora um valor de troca (mercadoria), configurando-se uma nova estrutura de poder na qual a população passa a ser a força de trabalho e a terra um fator de produção.

Mas qual é o elemento que sustenta essa transformação da estrutura social?

Igualmente nas palavras de Furtado, a revolução burguesa é um processo de ascensão social baseado na acumulação.

#### 2.2.1.1.2. Acumulação e Civilização Industrial

Diante do conceito de acumulação e de seu vínculo com o processo que tentamos descrever, Furtado é claro ao distinguir pelo menos duas concepções.

Afirma que “*stricto sensu* [a acumulação] é apenas a transferência no tempo do uso final de recursos disponíveis em um momento dado” (FURTADO, 1979, p.53), para a qual, por exemplo, a construção de uma muralha de defesa constitui o caso típico da distribuição no tempo do uso final de certos recursos. Por sua vez, a definição consoante com o que vimos expondo reclama a acumulação como um processo dinâmico baseado agora no desenvolvimento das forças produtivas, implicando um duplo processo de transformação: 1) no nível de utilização dos recursos produtivos e 2) no plano do comportamento dos agentes sociais.

A possibilidade de inserir esse novo conceito de acumulação na estrutura social se dá através de dois acontecimentos, de um lado a inserção dos critérios mercantis mencionados anteriormente, e de outro, algo que a meu ver permite uma adoção mais profunda do que foi a necessária ampliação do espaço social submetido à racionalidade instrumental.<sup>4</sup>

Afirma-se que nas sociedades industriais existe uma relação estrutural entre: 1) o grau de acumulação alcançado, 2) o grau de sofisticação das técnicas produtivas, e 3) o nível de diversificação dos padrões de consumo dos indivíduos e da coletividade.

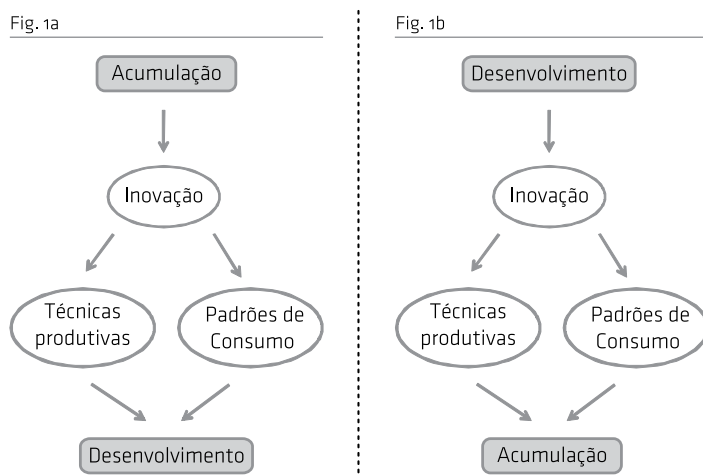
Como mostra o Gráfico 1, deve existir uma forma de relacionar essas técnicas no âmbito da dinâmica social e econômica de uma sociedade. Para Furtado (1979, p.54), por exemplo, “a acumulação é apenas o vetor que permite, mediante a inovação, introduzir as modificações no sistema de produção e nas estruturas sociais que chamamos de desenvolvimento” (ver Gráfico 1a). No entanto, se não descartamos a ideia de que a noção de poder está imersa na categoria de inovação e de que o princípio da civilização industrial são as práticas mercantis, então podemos reformular o Gráfico 1a para determinar que, embora aparentemente o objetivo das sociedades seja o progresso, a evolução ou o desenvolvimento, segundo as práticas mercantis, o objetivo é a acumulação, e a promessa do desenvolvimento é simplesmente o meio que permite fomentar a acumulação (ver Gráfico 1b). Assim sendo, a civilização industrial canaliza a invenção em

4. Para Furtado, o substrato do desenvolvimento é a invenção cultural e, em particular, sua morfogênese social. No entanto, a dinâmica e a orientação dessa capacidade inventiva emergem como um mistério. Com relação a essa dúvida, Furtado afirma que “existe alguma evidência de que por toda parte, no espaço e no tempo, a invenção cultural tende a ordenar-se em torno de dois eixos: a) a ação do homem, e b) os fins a que o homem liga a própria vida. [Para ele] É o que desde Weber se tem chamado de racionalidade formal ou instrumental e racionalidade dos fins ou substantiva. A invenção diretamente ligada à ação supõe a existência de objetivos ou fins previamente definidos. Ela nos dá a técnica. A invenção ligada aos fins, aos desígnios últimos, nos dá os valores, os quais podem ser morais, religiosos, estéticos etc.” (FURTADO, 1983:8).



direção à instrumentalização, à técnica, à criação de meios para um fim previamente definido como a acumulação, fazendo com que a racionalidade instrumental predomine e seja a base da civilização industrial.

Figura 1.



Fonte: Elaboração própria com base em Furtado, 1978

Por conseguinte, afirma-se que a civilização industrial é fruto da revolução burguesa, que ocasionou mudanças na estrutura social através da ascensão social da classe burguesa e mudanças no sistema cultural por meio da primazia da racionalidade instrumental.

Levando em consideração esses elementos, vale a pena destacar, ponderando a análise para América Latina, que nesse processo “as relações entre grupos e classes sociais de grande estabilidade, que haviam constituído a essência da vida política, serão crescentemente perturbadas pela emergência de novos grupos de menor estabilidade [...], portanto capazes de preservar maior autonomia de ação” (FURTADO, 1979, p.46). Ou seja, embora as relações de poder entre grupos privilegiados continuassem priorizando a tomada de decisões, surge um grupo social consciente de suas condições, reclamando participação social, econômica e política.

Assim, os traços característicos dessa sociedade serão o liberalismo, a individualismo e o racionalismo, e os princípios que lhe servirão de base serão a industrialização, a urbanização e a secularização (FURTADO, 1979).

Nessas circunstâncias, cria-se um modelo social e cultural próprio da civilização industrial que desempenha um papel fundamental na forma como a América Latina vive o processo de inserção na industrialização, como veremos mais adiante.

### 2.2.1.2. Adoção do modelo: dependência cultural e invenção do subdesenvolvimento

No âmbito da divisão internacional do trabalho, o acesso da América Latina à civilização industrial se dá por uma via indireta, caracterizada pela integração com os mercados internacionais, mediante a utilização de recursos antes dedicados a atividades de baixo grau de especialização, ou simplesmente ainda não incorporados aos sistemas de produção.

Segundo essa perspectiva, o acesso aos mercados em expansão da Europa teve como contrapartida a penetração dos valores materiais da civilização industrial, representados, como mencionado anteriormente, pelo liberalismo, individualismo e racionalismo.<sup>5</sup> Então, na América Latina, o processo implica a diversificação “dos padrões de consumo na ausência quase total de evolução das técnicas produtivas [...] [de tal maneira que] *modernizavam-se* certos padrões de consumo e acumulava-se de preferência fora do sistema produtivo: na infraestrutura urbana e em bens de consumo duráveis importados” (FURTADO, 1979, p.52).

Assim, essa via indireta de industrialização, somada à expansão dos critérios mercantis em outros âmbitos além do econômico, dá origem à condição de dependência cultural<sup>6</sup> que por décadas caracterizou as relações dos países da América Latina com o centro hegemônico de dominação. O paradoxo resultante desse processo é que, ao contrário do ocorrido na Europa, os valores ideológicos da revolução burguesa servirão de reforço dessa condição de dependência e, em vez da dinâmica social que motivou a ascensão da classe burguesa, a imobilidade social será a característica marcante de nossas estruturas sociais.

O que acontece realmente nesse caso? Basicamente, após um longo período de equilíbrio entre as exportações das minorias da elite latino-americana e suas importações de bens de consumo a fim de acompanhar o ritmo de consumo das elites do centro, esse equilíbrio se perde, uma vez que a acumulação de excedente por parte dessas minorias na América Latina não consegue dar conta da rápida evolução das formas de vida ocorridas no centro e toda tentativa de apropriação de novas tecnologias se torna inútil (FURTADO, 1982a).

Perdido o equilíbrio, é importante lembrar que o período em que a acumulação por parte das elites permitiu alcançá-lo transcorreu em detrimento das condições de vida das maiorias latino-americanas, ou seja, o preço da manutenção desse equilíbrio esteve sujeito ao aumento das desigualdades sociais.

Uma das grandes conclusões a que Celso Furtado chega sobre a relação dependência cultural-industrialização é que há duas consequências-limite resultantes da corrida empreendida pelas elites locais para acompanhar a rápida evolução das formas de vida (padrões de consumo) no centro. Primeiro, sob a conjuntura que marca o processo de adoção pela América Latina do modelo ISI, toda tentativa de adaptação da tecnologia feita pela periferia para a substituição das importações será pouco relevante em relação ao centro, e, segundo, a consequência do anterior é a geração de um aparato produtivo composto de dois

5. Em Furtado é possível identificar ao menos duas formas de acesso ao processo de industrialização: a via seguida por alguns países da Europa Oriental e da Ásia (Japão), em que se acelerava o desenvolvimento das forças produtivas enquanto se restringiam as transformações dos padrões de consumo, e a via indireta, seguida pela América Latina, em que se diversificavam os padrões de consumo na ausência quase total de evolução das técnicas produtivas.

6. Para aprofundar-se nesse conceito, sugerimos consultar: Furtado, Celso (1982a), *El desarrollo económico: un mito*. México: Siglo XXI Editores, e Furtado, Celso (1993) *Los vientos del cambio*, México: Fondo de Cultura Económica / Economía Latinoamericana.

subsistemas: um segmento ligado a atividades tradicionais, destinado às exportações e ao mercado interno, e outro constituído por indústrias de elevada densidade de capital, que produzem para a minoria modernizada e que reforçam e reproduzem os vínculos de dependência.

Segundo essa perspectiva, visto que o processo de industrialização na América Latina se dá através da diversificação de padrões de consumo, a falta de acesso ao progresso técnico e seu vínculo limitado com o processo de industrialização faz com que a condição de “subdesenvolvimento” da América Latina, mais do que um problema de atraso em relação aos padrões modernos de desenvolvimento, seja consequência do histórico processo de dependência cultural fruto da adoção do “modelo” sócio-cultural imposto pelo centro.

Nessas condições, Furtado afirma ser possível chegar “[...] a uma conclusão muito importante: o estilo de vida produzido pelo capitalismo industrial deve ser preservado para uma minoria, pois qualquer tentativa de generalização do mesmo ao conjunto da humanidade necessariamente provocará uma crise global do sistema. Essa conclusão é da maior importância para os países do Terceiro Mundo, pois deixa claro que a opção pelo “desenvolvimento econômico” tal como definido e praticado nesses países [...] é um simples mito” (FURTADO, 1982b, p.180).

É assim, então, que essas duas condições, justificadas na dependência cultural, determinam as características próprias dos países subdesenvolvidos.

### 3. À guisa de conclusão

Considerando o fato de este estudo centrar-se apenas na literatura referente aos estudos rurais associados aos modelos de desenvolvimento e, em particular, ao modelo ISI, cabe ressaltar o desconhecimento histórico das análises e contribuições de Celso Furtado, um dos autores mais influentes da escola do Estruturalismo Latino-americano (“pensamento cepalino”), embora seja justamente a esta que se atribui a responsabilidade pelo marco teórico sobre o qual se construiu esse modelo.

Com base nas contribuições de Furtado, a conclusão que orienta as análises a seguir é que se os estudos sobre o tema rural e, em geral, sobre o desenvolvimento pretendem encontrar respostas para suas condições atuais na América Latina, não será na condição de subdesenvolvimento que as encontrarão, mas no reconhecimento da histórica dependência cultural agravada<sup>7</sup> durante o processo de adoção/imposição do modelo sociocultural associado ao processo de industrialização vivido pelo Ocidente.

Levando em conta o exposto, ao menos dois elementos devem ser considerados de forma mais ampla:

7. Com isso queremos dizer que essa condição vem de longa data, desde o que alguns chamam de “descobrimto da América”, quando teve início em nossa cultura o longo processo de submissão, colonização e extinção que hoje vivemos. Portanto, além de atribuir esse fenômeno ao processo de industrialização, cremos que ali foi dada a estocada final para seu aprofundamento e legitimação como única forma válida de vida.

- **Os estudos rurais na América Latina e o círculo vicioso do desenvolvimento**

Recordando a citação de Luis Llambí apresentada anteriormente, podemos dizer que, paralelamente à implementação do modelo econômico hegemônico durante o processo de industrialização na América Latina empreendido durante o século XX, houve uma série de configurações e (re)configurações das estruturas sociais a partir da adoção do modelo social e cultural correspondente.

Uma das consequências disso foi e continua sendo a adoção de uma leitura dicotômica por parte da sociologia rural do estudo dos problemas rurais, o que se poderia interpretar simplesmente como resultado da extensão às ciências sociais da racionalidade instrumental fruto do processo de revolução industrial vivido pelo Ocidente.

A conjunção desses dois elementos (adoção do modelo e leitura dicotômica) fez com que qualquer forma alternativa de pensamento fosse silenciada ou marginalizada e, com isso, que a superação das condições adversas associadas às comunidades rurais fosse sempre analisada e tratada num processo linear e por etapas ao estilo rostowiano.

Assim, a abordagem dicotômica contribuiu para que os problemas relativos ao desenvolvimento se assemelhassem a um processo de escalonamento, de transição, de evolução, de um deslocamento de um ponto 1 a um ponto 2, em que 2 é melhor que 1. De modo que o processo de transformação passasse do agrícola ao industrial, do tradicional ao moderno, do atrasado ao próspero, do rural ao urbano.

Analisando as chaves de leitura atuais para avaliar o desenvolvimento de uma sociedade como um todo, percebemos que essas propostas apresentam uma sofisticação simples na forma de medir o desenvolvimento utilizando elegantes indicadores que nos convidam novamente a passar de um ponto 1 de subdesenvolvimento a um ponto 2 de desenvolvimento. Não há uma leitura dicotômica nessa proposta? A integração do rural e do urbano em um único indicador solucionaria o problema das desigualdades sociais? Atualmente, variáveis como pobreza, desemprego, acesso à saúde e educação, acesso a serviços, taxa de crescimento econômico, nutrição, são os indicadores que determinam a viabilidade ou inviabilidade das sociedades,<sup>8</sup> e essas mesmas variáveis são justamente as utilizadas para avaliar as propostas atuais de desenvolvimento rural, entre elas, por exemplo, a abordagem territorial (Sepulveda *et al.*, 2003; De Janvry e Sadoulet, 2004).

Nesse sentido, o importante aqui é mostrar que a evolução nas formas de medir o desenvolvimento das comunidades não é mais do que uma manobra para desviar a atenção no processo de evolução do próprio conceito de desenvolvimento, em que, infelizmente, os estudiosos do tema rural têm caído, tornando-os atores importantes da legitimização do sistema hegemônico.

8. Termo cada vez mais aceito. Por exemplo, em 2005 foi publicado pelo FCE, o livro “El mito del desarrollo. Los Estados inviables en el siglo XXI” de Oswaldo de Riveiro.

• **Condicionamento da criatividade e perda de autonomia**

Um segundo elemento evidenciado nesse processo é que, embora o processo de consolidação da civilização industrial no Ocidente tenha se concentrado na relação racionalidade instrumental/progresso da técnica, no caso da América Latina o progressivo condicionamento da criatividade afetou qualquer alternativa de conhecimento, pensamento ou forma de ver ou entender o mundo que não estivesse em sintonia com o modo de organização e funcionamento ditado pela organização da produção capitalista, rotulando-a de pré-moderna, atrasada ou bárbara.<sup>9</sup>

O próprio “pensamento cepalino” foi vítima desse fenômeno, como no caso ocorrido com Raúl Prebisch durante a apresentação do relatório *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas* na Conferência da Cepal em Havana, em 1949, denominado o Manifesto de Prebisch:<sup>10</sup>

O relatório de Prebisch transformou a reunião de Havana e causou sensação entre os meios de comunicação de massa em toda América Latina [...]. Mas em Nova York e Washington a reação foi diferente; houve consternação entre os altos funcionários das Nações Unidas e dos Estados Unidos, que compreendiam o poder do “manifesto”: o contexto do estruturalismo de Prebisch oferecia uma nova abordagem do desenvolvimento internacional [...]. [Para eles] a noção de que os países agrícolas da América Latina podiam prosperar no futuro caso permanecessem como produtores de artigos básicos caiu por terra, e todos os especialistas em desenvolvimento – tanto dos países industriais como dos países em desenvolvimento – perceberam que surgia um novo debate [...]. A reação imediata e dura dos economistas tradicionais como Gottfried Haberler, Gerald Baldwin, Charles Kindleberger e Gerald Meyer [...] ressaltava a gravidade do desafio de Prebisch à teoria econômica tradicional. Jacob Viner, da Universidade de Princeton, se destacou ao menosprezar o “manifesto” como um conjunto de fantasias malignas, uma conjectura histórica distorcida e hipóteses simplistas. Durante as palestras proferidas no Brasil, na Universidade Nacional, em julho e agosto de 1950, a arrogância e os conselhos de Viner assustaram a plateia: mantenham o livre-comércio; não abandonem as verdades neoclássicas atraídos por sereias que promovem a diversificação econômica; dediquem-se à agricultura e ao controle da natalidade. (DOSMAN, 2001: 102)

Analisando-se os possíveis efeitos desse processo de condicionamento criativo, o resultado mais nefasto é a iminente perda de autonomia dos povos, que nesse caso específico podemos desmembrar em dois níveis: o da autonomia cultural e o da autonomia política.

Quanto à autonomia cultural, recordando a dinâmica do desenvolvimento proposta anteriormente na figura 1b, na qual o processo de criatividade está a serviço da acumulação como fim, é possível entender como a racionalidade instrumental condiciona esse processo criativo sob uma aparente liberdade

9. A esse respeito, Furtado expressa que “na cultura surgida da revolução burguesa, a racionalidade é um desses moldes ou estruturas implícitas que ordenam e submetem a criatividade” (FURTADO, 1979: 99).

10. Julián Sabogal Tamayo, em seu artigo “Apuntes para el estudio de la historia del pensamiento económico latinoamericano del siglo XX”. Em uma apresentação na Universidade de São Paulo, o próprio Viner declarou, contrariamente a Prebisch, que: “o conceito de subdesenvolvimento não existia porque ele não o havia encontrado em nenhum livro.” (Sabogal, 2006:79)

outorgada pelos princípios que regem o mercado, mas que no final são limitados pelas tendências e necessidades criadas por ele mesmo.

Portanto, as expressões autônomas dos povos latino-americanos foram condicionadas pelas soluções “tecnológicas” inventadas e administradas como receiptários por parte do Ocidente. Nesse sentido, tanto as expressões artísticas como as tecnológicas próprias gestadas durante séculos foram violentamente marginalizadas em nome da ciência.

É assim que fenômenos como a revolução verde, em termos agrícolas, e os Corpos da paz, no âmbito artesanal, se tornam a melhor alternativa para os problemas latino-americanos.

As pessoas deixam de ser sujeitos partícipes na construção de uma ideia recriada de forma coletiva pela comunidade e passam a ser objetos que contribuem, a partir da racionalidade instrumental, para a recriação e expansão da lógica inspirada no mercado. Assim, a participação das pessoas na organização da própria vida e da vida coletiva é reduzida a um patamar mínimo, tornando-se dependente de um coletivo global que, no caso latino-americano, é alheio às suas tradições históricas.

Logo, a perda de autonomia cultural se dá pela imposição e pela adoção de um novo conjunto de normas que, baseadas no processo de acumulação, condicionam a histórica atividade criadora associada aos estilos de vida próprios da sociedade em que se vive, nesse caso as latino-americanas, negando e tornando invisível outras formas alternativas de vida.

Por sua vez, esse processo de condicionamento cultural, amparado na diversificação dos padrões de consumo resultante da industrialização por via indireta da América Latina, não determina apenas, como mencionado antes, o condicionamento da criatividade, mas promove uma imobilidade social que, no fim das contas, impediu o surgimento de manifestações políticas em prol da defesa das formas de organização e de funcionamento próprias de nossas sociedades.

Nesse sentido, a ânsia de apropriação individual, de alcançar os níveis de desenvolvimento (embora a maior necessidade fosse alcançar os níveis de consumo do Ocidente) permitiu que os movimentos sociais e suas ações coletivas não se tornassem uma característica própria das formas de organização social nos territórios; daí que a busca de uma autonomia política não fosse um mecanismo alternativo para a superação da dependência gerada.

Sob esse prisma, as respostas ao questionamento feito atualmente pelos estudos rurais e pelos elaboradores de fórmulas de planificação e de desenvolvimento sobre o estado da organização nas comunidades rurais, e a consequente necessidade de “revalorizá-las” e “recuperá-las”,<sup>11</sup> não se encontram na geração de capitais (humano e social, entre outros), mas devem ser resgatadas na história dos povos nativos, pois a destruição do habitante latino-americano não teve início agora, e sim na criatura esquecida há séculos pelos estudiosos em sua busca

**11.** Propostas de desenvolvimento rural como o desenvolvimento territorial rural e a nova ruralidade destacam a necessidade de “revalorizar” as comunidades como prioridade para alcançar o desenvolvimento das regiões.

pelo rastro do desenvolvimento.

Segundo essa perspectiva de autonomia, percebemos que também continuamos presos ao círculo vicioso do desenvolvimento, pois o reconhecimento da diferença e a construção coletiva de um território não se resolvem somente com melhores indicadores de organização, participação e institucionalidade, mas através do reconhecimento da existência de formas muito diferentes de se ver e entender o mundo e de mover-se nele.

- **O rompimento do círculo vicioso do desenvolvimento, o primeiro passo**

Conforme as análises anteriores, é evidente que o primeiro desafio a ser vencido para superarmos nossa histórica condição de subdesenvolvidos é o rompimento do círculo vicioso do desenvolvimento, sendo necessário inicialmente que os estudiosos do desenvolvimento, do tema rural e, em particular, do homem do campo reconheçam sua condição de ignorantes.

Em seguida será fundamental reconhecer a necessidade de resgatar e revalorizar o pensamento próprio representado pelas contribuições teóricas e práticas de autores individuais e escolas latino-americanas que há décadas questionaram os problemas do desenvolvimento (desenvolvimento rural) na América Latina. Cabe mencionar aqui dois grandes grupos: 1) alguns pioneiros desses estudos, como no século XIX, o peruano José Mariategui, e depois o brasileiro Josué de Castro e o colombiano Antonio Garcia Nossa; e 2) no século XX, as contribuições de estruturalistas como Raúl Prebisch, Aníbal Pinto, Fernando Henrique Cardoso, Celso Furtado, Enzo Falleto, Aldo Ferrer, José Medina Echevarría, Juan Noyola e Theotonio dos Santos, entre muitos outros.

Essa responsabilidade recairá necessariamente sobre a educação e especialmente sobre as universidades e seus programas de formação, pois será a partir deles que poderemos descolonizar nosso pensamento, sendo esse o terceiro desafio, por ser a única alternativa visível para recuperar nossa possibilidade de ver a América Latina com outros olhos e voltarmos a recriar nossa América. §

## Referências bibliográficas

- BERNAL-MEZA, R. (2005). El estructuralismo latinoamericano como filosofía de la historia: una interpretación propia sobre el capitalismo histórico. *Doctrinas Económicas*, Buenos Aires, julho-agosto, 2005, p. 37.
- CARRIZOSA, J. Desarrollo y Medio Ambiente. In: SÁNCHEZ, J.; SUPELANO, A. La roca y las mareas. Ensayos sobre economía y ecología. Bogotá: Editorial Unibiblos, 2001.
- CARNEIRO, M. J. La ruralidad en la sociedad contemporánea: una reflexión teórico-metodológica. In: PÉREZ, E.; FARAH, M. A.; DE GRAMMONT, H. (comp.) La nueva ruralidad en América Latina. Avances teóricos y evidencias empíricas. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana: Clacso, 2008.
- DE JANVRY, A.; SADOULET, E. (2004). Hacia un enfoque territorial del desarrollo rural. In: IV Foro Temático Regional de América Latina y el Caribe "Cosechando Oportunidades: Desarrollo Rural en el Siglo XXI". 19 a 21 de outubro, 2004. Costa Rica.
- DOSMAN, E. Los mercados y el Estado en la evolución del "manifiesto" de Prebisch. *Revista Cepal*, Santiago do Chile, n° 75, Dezembro, 2001, p. 89.
- FURTADO, C. Teoría y política del desarrollo económico. 15ª Ed. México: Siglo XXI Editores, 1974.
- \_\_\_\_\_. Creatividad y Dependencia. México: Siglo XXI Editores, 1979.
- \_\_\_\_\_. El desarrollo económico: un mito. México: Siglo XXI Editores, 1982a.
- \_\_\_\_\_. El mito del desarrollo y el futuro del tercer mundo. In: CONSUEGRA, J. Obras Escogidas de Celso Furtado. Antología del pensamiento económico y social de América Latina. V. 5. Bogotá: Plaza & Janes/Sociales, 1982b.
- \_\_\_\_\_. Breve introducción al desarrollo. Un enfoque interdisciplinario. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.
- \_\_\_\_\_. Cultura e desenvolvimento em época de crise. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- \_\_\_\_\_. Los vientos del cambio. México: Fondo de Cultura Económica / Economía Latinoamericana, 1993.
- GÓMEZ, G.; PÉREZ, A. El proceso de modernización de la agricultura latinoamericana. *Revista Cepal*, Santiago do Chile, n° 8, Agosto, 1979, p. 57.
- GÓMEZ, S. ¿Nueva ruralidad? Un aporte al debate. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n° 17, Outubro, 2001, p. 5.
- \_\_\_\_\_. Nueva ruralidad. Fundamentos teóricos y necesidad de avances empíricos. En PÉREZ, E.; FARAH, M. A.; DE GRAMMONT, H. (comp.) La nueva ruralidad en América Latina. Avances teóricos y evidencias empíricas. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana: Clacso, 2008.
- HERRERA-JARAMILLO, M. Individualismo Contemporáneo y Sociedades Rurales: Una aproximación histórica y conceptual de sus orígenes. 2009, 70p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Pontificia Universidade Javeriana. Bogotá, 2009.
- LEFF, E. Universidad, saber ambiental y sustentabilidad. Bogotá: Pontificia Universidade Javeriana. Faculdade de Estudos Ambientais e Rurais, 2009.
- LLAMBÍ, L. Procesos de transformación del campesinado latinoamericano. (pp. 45-88) In: BERNAL, F.(edit.) El campesino contemporáneo. Cambios recientes en los países andinos. Colômbia: CEREC: Tercer mundo editores, 1990.
- LOVE, J. (1996) Las fuentes del estructuralismo latinoamericano. *Desarrollo económico*, Buenos Aires, abril/junho, 1996. p. 391.
- KAY, C. Enfoques sobre el Desarrollo Rural en América Latina y Europa desde Medios del Siglo Veinte. Bogotá: Pontificia Universidade Javeriana, 2005 Disponível em: [http://www.javeriana.edu.co/fear/m\\_des\\_rur/documents/Kay2005ponencia.pdf](http://www.javeriana.edu.co/fear/m_des_rur/documents/Kay2005ponencia.pdf)
- MALLORQUÍN, C. Ideas e historia en torno al pensamiento económico latinoamericano. México: Plaza y Valdés Editores, 1998.
- \_\_\_\_\_. Celso Furtado: um retrato intelectual. Rio de Janeiro: Contraponto – Xamã, 2005.
- ORTEGA, E. La trayectoria rural de América Latina y el Caribe. *Revista Cepal*, Santiago do Chile, agosto 1992, p. 125.
- PÉREZ, E. Hacia una nueva visión de lo rural. In: GARRIACA, N.(comp.) ¿Una nueva ruralidad en América Latina? Buenos Aires: Clacso, 2001.
- PÉREZ, E.; FARAH, M. A. Los modelos de desarrollo y las funciones del medio rural en Colombia. *Revista Cuadernos de Desarrollo Rural*, Bogotá, n° 49, II Semestre, 2002, p. 9.
- RITZ, G. El desarrollo: historia de una creencia occidental. Madri: IUDC – La Catarata, 2002.
- RODRÍGUEZ, O. La teoría del subdesarrollo de la Cepal. México: Siglo XXI Editores, 1993.
- \_\_\_\_\_. Prebisch: Actualidad de sus ideas básicas. *Revista Cepal*, Santiago do Chile, n° 75, Dezembro, 2001, p.41.
- SABOGAL, J. Apuntes para el estudio de la historia del pensamiento económico latinoamericano del siglo XX. *Tendencias, Revista de la Facultad de Ciencias Económicas y Administrativas*. Pasto, Nariño, II semestre, 2006, p. 69.
- SACHS, W. La anatomía política del "desarrollo sostenible". In: La gallina de los huevos de oro – Debates sobre el concepto de desarrollo sostenible. Centro de Estudios de la Realidad Colombiana (CEREC) y Ecofondo: Bogotá, 1996.
- SEPULVEDA, S. et al. El enfoque territorial del desarrollo rural. San José, C. R: IICA, 2003.

Recebido em março de 2011

e aprovado em julho de 2011

Traduzido por Leila Almeida